O GRUPO TEZ E AS RAIZES DA EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NEGRA DO MATO GROSSO DO SUL

Bruno de Oliveira Ribeiro[1]

RESUMO: Visando dar uma explicação a expansão das instituições do movimento negro sul-mato-grossense a partir dos anos 2000, tentamos identificar alguns motivos interligados a esse fenômeno. Apresentaremos uma discussão que justifique a opção teórica e metodológica de tratar o movimento negro como sociedade civil organizada, e não como movimento social. Seguindo esta perspectiva apresentamos mudanças geradas na sociedade civil no Brasil, que levaram a sua aproximação do Estado, no período conhecido como redemocratização do país. Num segundo momento, mostramos uma visão sobre o processo de expansão das instituições ligadas ao movimento negro sul-mato-grossense, utilizando entrevistas realizadas com membros da primeira instituição do movimento negro no estado do Mato Grosso do Sul, o Grupo Trabalho e Estudos Zumbi (Grupo TEZ).

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade Civil. Movimento Negro. Institucionalização. Mato Grosso do Sul. Grupo TEZ.

1 Introdução

Visamos fazer uma reflexão sobre o papel central do Grupo Trabalho e Estudos Zumbi, o Grupo TEZ, na sua relação com a expansão do movimento negro de Mato Grosso do Sul. Esta foi a primeira entidade do movimento negro sul-mato-grossense, e como tal, legou ao movimento negro atual vários valores, trabalhos e lutas. Argumentamos, principalmente, que o Grupo TEZ, além desse legado, é também, crucial para o entendimento da expansão das instituições ligadas ao movimento negro regional contemporâneo. O movimento negro estadual se institucionaliza em 1985, com o Grupo TEZ, e em 2014 conta com trinta e três (33) instituições[2].

E para que consigamos dar uma explicação para tal fenômeno optamos primeiro traçar alguns aspectos gerais da sociedade civil negra. Para isso, diferenciamos os conceitos de sociedade civil e movimento social na literatura acadêmica contemporânea. A partir dessa distinção, passamos a tratar algumas das especificidades do caso brasileiro, sobretudo a partir do período de redemocratização do país, que vai de encontro com o a consolidação do estado

[1] Graduado em Ciências Sociais (UFMS), mestre em Ciências Sociais (UEL). Atualmente atua como professor convocado na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul UEMS – Paranaíba.

[2] Este número de trinta e três (33) instituições abrange as comunidades quilombolas urbanas e rurais conhecidas pelo Fórum das Entidades do Movimento Negro de MS. O dado foi atualizado pela atual direção do Fórum em 2014, o número anterior era de cinquenta e oito (58) instituições.

de Mato Grosso do Sul, criado em 1977. A partir desse cenário avançamos para o Grupo TEZ, formalizado a partir de 1985, na cidade de Campo Grande, este capitaneou maior parte das ações do movimento negro estadual até 2002, a partir de então o protagonismo das ações do movimento negro se fragmentaram entre suas várias instituições e estâncias estaduais e municipais.

2 Uma diferenciação: movimento social e sociedade civil

A distinção entre movimento social e sociedade civil colabora na compreensão do que conhecemos como movimento negro, que abrange não apenas a atuação enquanto movimento social, mas também, somam-se as organizações não governamentais (ONGs) e articulações na esfera estatal, por meio de Conselhos, Fóruns e no caso sul-mato-grossense, ainda uma Coordenadoria específica. O conceito de movimento social não é capaz de abarcar todas essas articulações, sem perder uma de suas características marcantes, a não institucionalização.

A definição de movimento social deve servir para distingui-lo de outras formas de ação coletiva, mantendo as seguintes características: 1) uma coletividade atuando junta; 2) um objetivo em comum de mudança na sociedade; 3) uma coletividade relativamente difusa, com baixo nível organizacional e; 4) as ações devem ter um alto grau de espontaneidade, assumindo formas não institucionalizadas e não convencionais. Definido da seguinte maneira pelo sociólogo, Piotr Sztompka (1998), "[...] por movimentos sociais referimo-nos a coletivos fracamente organizados que atuam juntos de maneira não institucionalizada para produzir alguma mudança na sociedade*"* (SZTOMPKA, 1998, p. 465).

Maria da Glória Gohn (2000), afirma que os movimentos sociais se apresentam como sendo parte constituinte da sociedade civil, e não o caracteriza de maneira muito diferente, apontando que os movimentos sociais:

> São ações coletivas de caráter sociopolítico, construída por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil, são cortados por uma identidade coletiva, base da força da solidariedade do movimento, e deve localizar-se em uma esfera não institucionalizada (GOHN, 2000, p.13).

Vários outros conceitos de movimentos sociais são encontrados, já que a ciência, assim como a política, é um campo constante de lutas e desentendimentos. Mas este conceito é capaz de abranger dois importantes pontos a serem levantados no momento, as "ações coletivas de caráter sócio-político" e o fato de ter que se situar "em uma esfera não institucionalizada". A base para um conceito de movimento social é, a ideia de luta social,

sendo assim coletiva e no âmbito da sociedade civil, mas sua necessidade de ser não institucionalizada traz dificuldades teóricas à análise da realidade brasileira.

Gohn (2000) adiciona um ponto importante em seu conceito, *à identidade coletiva*. Os movimentos sociais que surgem na cena política da década de 1970 são conhecidos pela alcunha de "novos movimentos sociais", e a identidade é um dos principais componentes do adjetivo "novos".

> Devemos lembrar também que muitos dos chamados "novos movimentos sociais", abrangem dimensões subjetivas da ação social, relativas ao sistema de valores dos grupos sociais, não-compreensíveis para análise à luz apenas das explicações macroobjetivas, como usualmente é tratada a questão das carências econômicas. Trata-se de carências de outra ordem, situadas no plano dos valores, da moral (GOHN, 2000, p.13).

Políticas de reconhecimento e justiça social passam a ser pauta de muitos movimentos sociais surgidos nessa época, incluindo o movimento negro brasileiro após a redemocratização. O reconhecimento por parte do Estado de uma demanda racial oportuniza a construção de algumas políticas públicas, que proporcione justiça social, chamadas pelo movimento negro e pelo Estado de políticas de promoção da igualdade racial. Nesse contexto, as políticas de ação afirmativa foram debatidas na sociedade brasileira e reconheceu-se, atualmente, a necessidade de políticas desse teor[3].

Uma tendência atual do movimento negro é a fragmentação, ou sua especialização em áreas como cultura, lazer, educação, esporte entre outras, e isto é consequência, principalmente, do aumento de ONGs na esfera pública nacional de acordo com Petrônio Domingues (2008). O movimento negro deixa de ter entidade como a Frente Negra Brasileira[4] (FNB), de grande representação nacional, e passa a ter cada vez mais, uma quantidade maior de entidades. Se a FNB conseguia manter um discurso político, teatro, jornal, formação militante, atividades educacionais e esportivas entre outras ações. Tendemos a ter, cada uma dessas atividades, desenvolvida por uma instituição diferente.

O movimento negro possui várias maneiras de atuar e, grande parte delas chegou ao Estado, institucionalizou-se. Para podermos agregar em nossa análise estas esferas

[3] Através do STF o Estado brasileiro reconhece não apenas a constitucionalidade das ações afirmativas, mas também uma demanda histórica do movimento negro contemporâneo.

[4] Criada em São Paulo, em 1931, a Frente Negra Brasileira (FNB) foi uma das principais e primeiras instituições a reivindicarem demandas políticas. A entidade desenvolveu várias atividades, manteve escolas, grupo musical, teatral, time de futebol, um departamento jurídico, e oferecia serviços médicos, odontológicos, formação política, de artes e oficio, e publicava um jornal, A Voz da Raça. Se extinguiu a partir da instauração da ditadura do Estado Novo em 1937, assim como outras organizações do gênero (DOMINGUES, 2007).

institucionalizadas do movimento negro é necessário um conceito mais amplo que o de movimento social, por isso a opção por sociedade civil.

A presença das ONGs nas esferas institucionais é um fenômeno do fim dos anos de 1980 no Brasil, e foi se consolidando ao longo dos anos de 1990, é marcada por um processo de descentralização política e reforma de Estado. O terceiro setor, e sua regulamentação enquanto Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ocorre no âmbito da Reforma de Estado. A criação de um marco legal, a Lei 9.790/99 entre outras ações, possibilitou um novo enquadramento para pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos. Desse marco legal nasceu o termo de parceria, sendo este, um instrumento jurídico de cooperação entre Estado e OSCIP, para o fomento e a realização de projetos (FERRAREZI, 2007, p.133).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atualmente enquadra essas instituições como: Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL). Num mapeamento dessas instituições realizado em um estudo divulgado em 2010, o IBGE aponta que neste ano existiam 290,7 mil FASFIL, e o MS é responsável apenas por 1,3%, aproximadamente 3,77 mil. Maior parte delas atua em dois segmentos: na defesa dos direitos e interesses dos cidadãos, e as religiosas.

O fenômeno do terceiro setor foi o que mais afetou a ação militante, pois, permite uma facilidade maior para movimentos sociais se organizarem como ONGs, se institucionalizarem enquanto OSCIP. A partir dessa institucionalização, desenvolverem atividades sociais sem que, necessariamente, tenham que depender do poder público para suas ações, apesar de, majoritariamente, ter essa dependência ainda. Surge a opção de ter o Estado e o mercado (iniciativa privada), como parceiros possíveis.

Já a sociedade civil é um conceito muito antigo na ciência política. Não é objetivo percorrer o trajeto deste conceito ao longo da história[5], por isso podemos partir do conceito de Habermas (1997) ao definir da seguinte forma a sociedade civil:

> O seu núcleo institucional é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam na esfera privada, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para esfera pública política (HABERMAS, 1997, p.99).

[5] Para uma revisão do conceito de sociedade civil ver Cohen e Arato (2000).

A sociedade civil é capaz de pautar as ações do Estado. Dessa maneira, o Estado estaria captando de setores organizados da sociedade, uma demanda por políticas públicas e, nessa situação, teríamos um Estado para a Sociedade civil (NOGUEIRA, 2011). Este conceito também nos possibilita uma diferenciação entre sociedade civil e sociedade política, entre os que participam diretamente das esferas de poder do Estado, ou seja, a sociedade política; e os que atuam, de maneira organizada, mas, fora dessa esfera de poder, e buscando o entendimento, esta a sociedade civil (GRAMSCI, 1988).

A composição da sociedade civil apresentada pelo conceito habermasiano é: *movimentos, organizações e associações* (HABERMAS, 1997), este colabora na formulação do que chamamos de movimento negro, ou seja, as formas de resistência negra. Esse movimento teórico permite irmos além da noção de movimentos sociais ou de ONGs para definir movimento negro. Possibilitando uma análise melhor da interação existente entre setores do Estado e da sociedade civil, seja via Conselhos deliberativos ou terceiro setor. Desta forma, sociedade civil negra como representativo de movimento negro possibilita que, as interações com o poder público e privado possam ser analisadas, sem que as ações enquanto movimento social, por exemplo, a Marcha Zumbi dos Palmares[6] em 1995, percam seu protagonismo.

3 Especificidades do caso brasileiro na análise da sociedade civil.

Considerando que Habermas, na maior parte de suas teorias tenta dialogar com uma Europa central, temos um imperativo teórico de trazer suas reflexões ao contexto nacional e aos autores e realidades nacionais.

Maria da Glória Gohn (2011) coloca duas diferenças marcantes ao tentar utilizar qualquer macro teoria para analisar sociedade civil ou movimentos sociais na realidade histórica latino-americana: primeiro o passado colonial, escravocrata e de servidão indígena e com demora no processo de industrialização; e o segundo, as relações entre a sociedade civil e o Estado sempre foram marcadas por períodos de regras autoritárias, dando a cidadania uma feição própria (p.224).

Os altos índices de desigualdade nacional, não são apontados por Gohn (2011), mas também são características da América Latina, e faz com que a ação do Estado seja ainda mais necessária, pois é o que possui maior capacidade de gerir políticas de redução da

[6] Marcha de aproximadamente 30 mil militantes negros até Brasília, realizada em novembro de 1995 relembrando os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, na ocasião a direção da Marcha entregou um documento com reivindicações do movimento negro ao então presidente Fernando Henrique Cardoso.

desigualdade, e de garantir direitos fundamentais aos cidadãos. Estas características devem ser extremamente presentes ao analisar a relação entre sociedade civil e sociedade política no Brasil.

O passado escravocrata, além de ser um elo entre os negros trazidos ao Brasil e de ainda ser um mediador das relações raciais e sua hierarquização e diferenciação, é também a origem da desigualação social entre negros e brancos no Ocidente. Desigualação potencializada pela ausência de políticas públicas focalizadas. Essas políticas públicas já eram previstas desde os resultados das pesquisas realizadas no âmbito do Projeto UNESCO (MAIO, 1999).

Desigualdade social no Brasil, esta aqui referenciada não como pobreza nacional, mas sim, como uma alta concentração de renda, recursos, poder e reconhecimento social. A desigualdade social e a ausência de políticas de redistribuição eficazes reforça a desigualdade social.

O Índice Gini[7], que mede a concentração de renda de um país, varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de zero, mais próximo também da igualdade. Apesar das melhoras geradas pelas políticas de transferência de renda e da melhora dos índices de educação superior, a concentração de renda do país ainda é assustadora:

> Analisando o caso do Brasil, país conhecido por ter uma das mais altas taxas de desigualdade do mundo, Barros et. al. (2010) lembram que o coeficiente Gini no Brasil chegou a 0,630, quase um recorde histórico e mundial. Após ter subido em 1970 e 1980 e experimentado quase nenhuma mudança na década de 1990, o coeficiente de Gini para a distribuição de renda domiciliar per capita diminuiu de forma constante a partir de 1998, especialmente, desde 2002. Entre 1998 e 2009, o coeficiente de Gini do Brasil caiu de 0,592 para 0,537. No período 2002-2009, a renda dos 10 por cento mais pobres cresceu a quase sete por cento ao ano, quase três vezes a média nacional (2,5 por cento), enquanto que a dos 10 por cento mais ricos cresceu apenas 1,1 por cento ao ano (FILHO, 2013).

A instauração do regime militar no Brasil em 1964 marcou uma ruptura com as relações sociais e políticas que vinham se desenvolvendo no país, sendo que o atraso e o prejuízo social proporcionado pelos anos de Ditadura são imensuráveis. O endurecimento do regime em 1968 através do Ato Institucional nº5 (AI-5), no governo do Presidente General Costa e Silva foi o auge da repressão. Fechou o Congresso Nacional, deu fim aos partidos políticos, com censura aos meios de comunicação como jornais, livros e revistas, as greves

[7] O Índice de Gini é, um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. In. http://desafios.ipea.gov.br acessado em 30/04/2013.

foram proibidas, a tortura foi instituída, portanto, o pior cenário possível para sociedade civil foi forjado em nome da segurança nacional.

Nos governos de 1964 a 1985, de Castelo Branco a João Figueiredo, nenhum eleito democraticamente, ou seja, entre 1960 e 1989 não houve eleições para presidente da república no Brasil. Os ditadores interferiram em todos os setores do sistema econômico do país, "isto significa que o governo reelaborou as condições de funcionamento dos mercados de capital e força de trabalho como "fatores" básicos do processo econômico" (IANNI, 1996, p. 230) e como consequência Ianni ainda aponta que:

> [...] o governo continuou a aperfeiçoar seus instrumentos de ação, para criar condições mais propícias à prosperidade da empresa privada, nacional e multinacional. Nesse processo de "modernização" do sistema político-administrativo e econômico, inclui-se, necessariamente, a condenação da "democracia clássica ou liberal". E, também a afirmação da hegemonia da tecnoestrutura (IANNI, 1996, p.254).

Esta readequação da relação entre Estado e Economia durante os regimes militares, privilegiou a iniciativa privada em detrimento da classe trabalhadora. Até que em 1978 os metalúrgicos do ABC Paulista (Municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano) realizaram uma greve de maio a junho, onde foram mobilizados mais de 500 mil trabalhadores nas áreas do ABC e Osasco. De modo geral, esta greve, realizada no período de Ditadura Militar é um dos principais fatos históricos quando se fala de renascimento dos movimentos sociais no Brasil (SADER,1988).

Ruth Cardoso (1994) aborda dois momentos: o primeiro a "emergência heroica dos movimentos sociais" que compreende as décadas de 1970 a 1980, a partir de então um segundo momento; o da "institucionalização", que a autora aponta como sendo marcado por um refluxo dos movimentos. O primeiro momento é marcado pela espontaneidade, autonomia, fenômenos sociais com a capacidade de mudar a cultura política nacional, sendo a maior parte antiEstado, antipartido e antissistema. O segundo momento, correspondente ao processo de democratização, onde novas relações entre movimentos sociais com partidos políticos, setores do Estado se alteram, foi o período de uma explosão de Conselhos consultivos e deliberativos, a partir do qual: "Há uma ampliação no modo de gerir as áreas de políticas públicas com a aceitação e abertura de espaços novos onde os movimentos sociais entram – tudo isso de um modo bem parcelado*"* (CARDOSO, 1994, p.83).

Seguindo a divisão de Ruth Cardoso (1994) na fase da emergência heroica dos movimentos sociais, temos o surgimento dos novos atores sociais em meio ao processo de

transição democrática, no qual a população e as organizações lutam contra o regime militar. Este cenário político, incentivou o aparecimento de diversas práticas de reivindicação da sociedade civil, que envolviam direitos negados pelo regime então vigente.

> Das experiências do autoritarismo e das experiências da auto-organização ficou uma atitude de profunda desconfiança em toda institucionalização que escapa do controle direto das pessoas implicadas e uma igualmente profunda valorização da autonomia de cada movimento. Por isso mesmo a diversidade de movimentos, produzida pela diversidade das condições em que envolvem cada um, é reproduzida pelo empenho existente em manter essa autonomia (SADER, 1988, p.311).

A partir da saída dos militares em 1985, mas já havendo eleições para governadores em 1982, campanhas e manifestações acontecendo por todo ao país, a ideia da relação entre sociedade civil e Estado começa a sofrer alterações, já caminhávamos na fase da institucionalização (CARDOSO, 1994). Nessa fase novos canais de participação e representação política estão sendo construídos no interior do Estado, onde a sociedade civil é partícipe, e a questão da autonomia perde sua centralidade na sociedade civil, dando espaço maior a outras formas de associativismo. A saída dos militares da direção da sociedade política aproxima a sociedade civil desta parcela do poder, e os novos atores, em relação com os outros atores políticos passam a ter mais interesse pelo Estado, principalmente na construção de políticas públicas específicas.

A institucionalização da sociedade civil, de acordo com Avritzer (2012) é criada por dois processos ligados a democratização do país:

> [...] a reação dos setores populares ao processo antidemocrático de modernização do país que interferiu intensamente na sua vida cotidiana e um processo de democratização que fez das associações civis atores importantes no processo de aprofundamento democrático (AVRITZER, 2012, p. 394).

Os novos atores sociais são, principalmente, as organizações não governamentais (ONGs), que ganham seu espaço social e político na aproximação que fazem com movimentos sociais. As ONGs passam a desenvolver projetos sociais, capacitação, cursos, trabalhos comunitários, melhor dizendo, de certa maneira elas desempenham funções ligadas ao Estado.

A sociedade civil tornou-se mais complexa ainda, sendo por vezes, terceiro setor, estando no Estado, atuando no mercado e sendo movimento social, evidentemente, não necessariamente é sempre assim, mas podendo ser em muitos casos. Nessa cena política e

social, temos o surgimento do Grupo TEZ em Mato Grosso do Sul, em meio à fase da institucionalização.

4 Sociedade civil "negra" sul-mato-grossense e o grupo TEZ

A criação do estado de MS é um dos frutos da ditadura militar[8], e florescimento de uma sociedade civil mais atuante, assim como no Brasil, de modo geral, se dá no fim dos anos de 1970. Ou seja, no mesmo período de consolidação do estado, está ocorrendo o processo de redemocratização. A Assembleia Nacional Constituinte de 1988, a Campanha das Diretas Já, as eleições para governadores em 1982, e as eleições presidenciais de 1989, foram momentos de grande mobilização política.

O começo da década de 1980 em MS foi marcado por grandes mobilizações democráticas contra a ditadura militar, pela organização da sociedade em entidades representativas de trabalhadores urbanos e rurais, bem como das camadas médias, como professores e estudantes (BITTAR, 2009, p. 213). O movimento negro também começa a se organizar nos parâmetros de seu período.

O movimento negro de MS é composto de diversas entidades e atua em diferentes esferas. Estas entidades, na maioria ONGs, atuam com algum recorte racial, seja ele: social, cultural ou político, e também participa de articulações estaduais representativa do movimento negro, sendo eles: os Fóruns ou Conselhos temáticos estaduais e municipais, e ainda temos no âmbito estadual uma Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (CPPIR-MS)[9], e alguns municípios também possuem uma estância semelhante em âmbito municipal. Através dessas entidades e articulações se encontra o movimento negro regional, ou a rede que compõe a tessitura do movimento negro.

O movimento negro sul-mato-grossense se formaliza em 1985, através da criação do Grupo Trabalho e Estudos Zumbi, doravante Grupo TEZ[10], Ben-Hur Ferreira, um dos fundadores, atesta uma participação nos eventos políticos de redemocratização, afirma sobre as pessoas que fundaram o Grupo TEZ: "a gente em 84 tinha participado ativamente das

[8] Mato Grosso do Sul nasce em 11 de outubro de 1977, de uma decisão autoritária do então Presidente, o General Ernesto Geisel.

[9] Os municípios de Mato Grosso do Sul com Conselhos Municipais de conhecimento da CPPIR-MS são: Campo Grande, Corumbá, Bataguassu e Costa Rica. E os municípios com coordenadorias raciais ou órgãos semelhantes são: Aparecida do Taboado, Bataguassu, Caracol, Corumbá, Jaraguari e São Gabriel do Oeste. In. www.igualdaderacial.ms.gov.br/ Acessado em 28/04/2013.

[10] A primeira atividade foi uma discussão sobre o filme "Tenda dos milagres" de Nelson Pereira dos Santos, filme de 1977, uma adaptação de um romance de Jorge Amado (ENTREVISTA, Ben-Hur, 2013).

Diretas Já, eu fui orador do movimento estudantil nas Diretas Já, então acho também que isso ajudou muito em 85 [...]" (ENTREVISTA, Ben-Hur, 2013).

O Grupo TEZ é a primeira instituição a defender os direitos do negro em MS. O estopim para fundação da entidade foi uma palestra feita pelo Fernando Gabeira, na ocasião de um trote cultural realizado em conjunto pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)[11], no ano de 1985. De acordo com Ben-Hur Ferreira, em um dado momento da palestra, Gabeira menciona que apenas depois de exílio deu-se conta da dimensão do racismo, uma vez que, ele era um latino na Europa, e vítima de preconceitos raciais. Este fato motivou a criação do Grupo TEZ, em 18 de março de 1985 pelos professores universitários na UFMS: Jorge Manhães[12] e Dorothy Rocha[13]; três então alunos do curso de Direito da Católica: Eurídio Ben-Hur Ferreira[14], Paulo Roberto Paraguassú[15] e Jaceguara Dantas da Silva Passos[16], e Pedro o que menos se tem notícias, mas ainda não cursava ensino superior (ENTREVISTA, Ben-Hur, 2013).

Raimunda Luzia de Brito[17], afirma que, ainda na década de 1970, tiveram início as discussões em torno da questão racial em Campo Grande. Na ocasião, devido à presença dos irmãos Johnson, de uma das Guianas, segundo ela, vieram para estudar na antiga FUCMT, e um grupo de discussão e estudos formou-se ao redor destes estudantes. No entanto, todos os militantes reconhecem no Grupo TEZ a primeira entidade do movimento negro, e de maior importância na difusão para o interior do estado da demanda racial (MATO GROSSO DO SUL, 2005, p.39).

O Grupo TEZ não nasce com objetivos fixos, a princípio, se pretendia um grupo de estudos, mas alcançou mais do que isso. Mais do que estudar em reuniões que ocorreram

[11] A UCDB até 1993 era Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT), fruto da primeira instituição de ensino superior em Campo Grande, em 1961, com cursos de Pedagogia e Letras. In: BITTAR, Mariluce. *Política de educação na região sul de Mato Grosso e a influência da congregação salesiana*. Comunicação apresentada ao VI Congresso Internacional da Brazilian Studies Association – BRASA, Atlanta, Geórgia/USA, 4 a 6 de abril de 2002.

[12] Foi professor na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), aposentou-se e atuou nas Faculdades Anhanguera de Dourados. Faleceu em 2009.

[13] Professora universitária na UFMS, com mestrado em educação. Atualmente, é pesquisadora independente pela Universidade Nove de Julho – UNINOVE.

[14] Foi vereador em Campo Grande de 1993 a 1994, Deputado Estadual entre 1995 e 1999; e Deputado Federal entre 1999 e 2003. De 2000 a 2002 foi Secretário de estado no governo Zeca do PT em Mato Grosso do Sul. Advogado e professor do curso de Direito na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

[15] Atualmente advogado e empresário na cidade de Campo Grande – MS e um dos filhos do Dr. Aleixo Paraguassú.

[16] Promotora de Justiça do Ministério Público do estado de Mato Grosso do Sul. Mestre em Direito, área de concentração Direito Constitucional pela PUC/SP.

[17] Atual coordenadora da CPPIR-MS, possui graduação em Direito e Serviço Social, e mestrado em Serviço Social pela UNESP, uma das militantes mais conhecidas de Mato Grosso do Sul.

durante mais de dez anos nas tardes de sábado, também possuíam ações políticas, como exemplifica um dos fundadores do Grupo TEZ.

> A gente achava que ia fazer um grupo de estudo, de trabalho, a gente não tinha muito claro, mas a gente se constituiu, lançou o grupo, dava entrevista, dava muita palestra em escola [...] tentamos, foi até curioso, se não me engano, em próprio 85, celebrar pela primeira vez a consciência negra, dia 20 de novembro[18] [...] Era combate ao racismo, à gente não tinha muito, era assim um pouco de afirmação da nossa identidade, de buscar eu lembro que a gente buscava muitos argumentos, de construir discursos. Engraçado falar sobre isso, na verdade a gente tava tateando. É negro ou é preto? Combater algumas palavras que eram utilizadas pra designar coisas ruins sabe, contar a trajetória de Zumbi (ENTREVISTA, BEN-HUR, 2013).

A conquista do espaço político que o Grupo TEZ alcança acontece via enfrentamento, com a experiência que se vivencia no cotidiano da cidade. O Grupo TEZ nasce da indignação, mas o fato de ser a única instituição que debatia e polemizava o assunto no espaço público sul-mato-grossense, rapidamente lhes deu a visibilidade que e possibilita seu protagonismo no espaço público regional em torno desse debate racial.

O Grupo TEZ foi primeiro agente em muitas atividades no estado, mas a partir de 1999, em parceria com o Sindicato dos Professores (ACP) realizou o "primeiro seminário dirigido aos professores das redes municipal e estadual de Campo Grande com o objetivo de discutir as relações raciais em sala de aula, focalizando especificamente o negro e o indígena*"* (MATO GROSSO DO SUL, 2005, p.45). Foi a primeira atividade de formação de professores de maneira mais sistematizada.

Posterior a isso, houve a sistematização de um curso de 20 horas, que foi elaborado, ainda em 1999, por ocasião de um caso de racismo envolvendo uma escola particular e uma escola pública de comunidade negra e urbana da capital. O Grupo TEZ foi acionado e optou por, ao invés de recorrer à justiça, propor uma parceria com a escola.

Tratava-se de capacitar os professores da escola particular através de um curso a ser elaborado pela entidade. Apesar da aceitação da escola, inclusive quanto aos custos do curso, o mesmo não aconteceu devido ao fato dos incidentes terem ocorrido no fim do ano letivo. Mas, enfim, o curso *Ibaa.xe* estava estruturado, o nome em Iorubá significa: *que isso possa ser aceito*. E o primeiro curso de formação ocorreu em 2000 através de uma parceria entre Grupo TEZ e Secretaria de Estado de Educação (SED), tendo como público professores (MATO GROSSO DO SUL, 2005).

[18] 20 de novembro é o dia da morte do líder do Quilombo dos Palmares, Zumbi, considerado, atualmente, um dos maiores símbolos da luta contra todas as formas de opressão e exclusão contra os descendentes de africanos.

Um curso pré-vestibular para pessoas carentes foi articulado em 1997 com um espaço no Grupo TEZ, a modalidade de Ação Afirmativa foi pela primeira vez adotada no estado. A educação sempre foi uma grande preocupação da entidade, que iniciou enquanto grupo de estudo, ofereceu palestras a escolas, elaborou e implementou cursos de formação de professores, ofereceu curso pré-vestibular à população carente e negra da cidade, entre outros eventos.

Pode-se observar que, a partir do surgimento do Grupo TEZ, sua atuação centrada, sobretudo em Campo Grande, é pautada hora em aproximações do estado, por meio da SED principalmente, hora a atuação esta fora das estâncias institucionalizadas, como no caso do cursinho pré-vestibular ou a criação de novas estâncias como o Conselho Estadual dos Direitos do Negro – CEDINE-MS[19].

As demais entidades que surgem no MS, vinculadas à promoção da igualdade racial, possuem sua origem entre militantes do Grupo TEZ, majoritariamente, que atuaram e participaram das reuniões realizadas aos sábados pela instituição. O Grupo TEZ é o embrião das instituições do movimento negro regional, e agregou durante muitos anos a militância negra regional.

O Grupo TEZ colaborou para uma maior fragmentação do movimento negro, devido, principalmente, a aproximação com a política do estado de MS. Enquanto era a única entidade em defesa dos direitos do negro agregava toda a pluralidade e divergência do movimento negro em Campo Grande, no entanto, a mais marcante eram as divergências da política partidária, como atribui à entrevistada, Ana Sena[20]:

> O TEZ agregava todas essas pessoas. O Aleixo Paraguassú, a Raimunda, o Aparicio, Zézão, a Ana José, aí o que aconteceu? Havia muita divergência entre nós por causa da política, principalmente da política partidária [...] internamente, teve muitos conflitos políticos, porque, ideologicamente, o TEZ era muito dividido, mesmo que as pessoas não reconhecessem, se identificavam com um partido. Mas ideologicamente ele estava muito dividido, esquerda e direita (ENTREVISTA, ANA SENA, 2012).

[19] O Conselho Estadual dos Direitos do Negro (CEDINE-MS) é um órgão colegiado, proposto pelo governo do estado, e são partícipes tanto a sociedade civil organizada, como representantes do governo estadual. Nasce em 12 de março de 1987, e atualmente é vinculado a Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária – SETASS/MS – "*tem por finalidade promover, em âmbito estadual, políticas que visem a eliminar as discriminações que atingem o negro e defender seus interesses*" (Decreto nº 11.813, de 14 de março, 2005) (RIBEIRO, 2013, p.104).

[20] Ana L. Sena é pedagoga, especialista em Gênero e Política Pública, mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP. Foi Coordenadora da CPPIR-MS, no segundo mandato do governo Zeca do PT (2003-2006).

Ben-Hur Ferreira, filiado o Partido dos Trabalhadores – PT desde 1988 tornou-se, o primeiro vereador do PT em Campo Grande. No interior do Grupo TEZ, vários outros eram filiados ao PT, no entanto, outra parte, não tinha nenhum vínculo com o partido, tendo maiores afinidades, e até filiações em outros partidos políticos. Mas consequentemente, o Grupo TEZ passou a ser visto com uma conotação partidária. O crescimento político do Ben-Hur, e o fato de ter sido um dos fundadores da entidade geravam uma divulgação e, também uma rotulação da entidade, como sendo uma extensão partidária. Após vereador em Campo Grande, Ben-Hur Ferreira, tornou-se deputado estadual e em seguida deputado federal. É o autor da famosa Lei 10.639/2003, junto com Esther Grossi (PT-RS)[21].

A eleição de José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, para governador em 1998, representou o grande projeto político da esquerda sul-mato-grossense que se materializou, e Ben-Hur, abre mão de Brasília e assume a Casa Civil entre os anos 2000 e 2002 nesse governo. Assume em um momento de crise política, havia um governo de esquerda com salário de servidores públicos em atraso, dentre vários outros problemas. Independente deste fato, alguns integrantes do Grupo TEZ já faziam parte dos quadros governistas, algo incômodo à ala não petista no interior da entidade. Uma das não petistas, Raimunda L. de Brito declara na entrevista que concedeu em 2012: "[...] e aí houve um período em que o TEZ se declarou um braço do PT e aí eu perdi espaço lá dentro. Gosto muito de muita gente do PT, nada contra a pessoa, a ideia é que não bate com a minha" (ENTREVISTA, Raimunda Luzia de Brito, 2012).

Esta singularidade colaborou com a expansão das entidades ligadas ao movimento negro no MS, e a pluralidade em conflito no interior do Grupo TEZ, gerou uma fragmentação e, corroborou para o surgimento de novas entidades e, por consequência, novos rótulos para essas. Se antes o Grupo TEZ e o Conselho Estadual dos Direitos do Negro – CEDINE-MS, nascido em 1987, representavam o movimento negro sul-mato-grossense, depois do surgimento de outras entidades, o Grupo TEZ deixa de ser o centro da representação. A aproximação de pessoas da entidade com o governo petista foi um motivo para criação de novas entidades, formadas por grupos mais distantes do PT. Um exemplo é a formação do Coletivo de Mulheres Negras "Raimunda Luzia de Brito".

[21] Para o projeto Ben-Hur Ferreira ressalta a importância de um de seus assessores, Edson Cardoso: " [...] o Edson Cardoso foi chefe de gabinete do Florestan Fernandes, depois foi meu chefe de gabinete, foi o grande responsável pela lei 10.639. Foi o Edson Cardoso, ele que foi atrás ele que me inspirou." (ENTREVISTA, Ben-Hur, 2013).

O Coletivo de Mulheres Negras de MS "Raimunda Luzia de Brito", nascido dia 23 de setembro de 1995, surgiu de uma ideia trazida pela Lucimar Rosa Dias[22], e por sua sugestão também, decidiu-se homenagear umas das mais importantes militantes do movimento negro de MS: Raimunda Luzia de Brito. A princípio, a ideia da Lucimar, era de manter o Coletivo vinculado ao Grupo TEZ, sendo ele, um fórum de mulheres negras, no entanto, ela foi voto vencido, e a opção democrática foi de fundar uma nova instituição, ela decidiu dedicar-se apenas a uma instituição, o Grupo TEZ. Na reunião de fundação do Coletivo, a maioria das convidadas compreenderam que o Coletivo tinha de ser autônomo do Grupo TEZ. Influenciados pelo surgimento do Coletivo de Mulheres Negras, nasceu o Instituto da Mulher Negra do Pantanal – IMNEGRA, localizado em Corumbá, e o Coletivo de Mulheres Negras de Ribas do Rio Pardo[23], ambos independentes, ou seja, outras instituições (SENA, 2011).

O "Coletivo" idealizado, inicialmente, como sendo uma extensão do Grupo TEZ, decide por tornar-se uma instituição independente, e assim se torna, e impulsiona a criação de outros dois. É importante ressaltar que não se trata de defender a posição inicial da Lucimar Rosa Dias, ou outra qualquer quanto à criação da instituição, estamos apenas exemplificando a expansão via fragmentação que observamos no movimento negro sul-mato-grossense.

5 Considerações

Reconhecer no Grupo TEZ a gênese do movimento negro sul-mato-grossense é fato comum entre todos os estudiosos e militantes do estado. O que mostramos com esse texto é justamente o caminho que leva ao enfraquecimento desse coletivo e a consequente expansão das instituições ligadas ao movimento negro estadual contemporâneo.

Esperamos também ter contribuído na inter-relação presente entre a história do movimento negro de Mato Grosso do Sul e sua associação com os momentos históricos vividos, nas análises do mo(vi)mento negro no/do estado. Dessa forma, as raízes da expansão da sociedade civil negra no Mato Grosso do Sul, encontra fatores determinantes na história do Grupo TEZ, mas também, em eventos externos que potencializaram o surgimento de mais instituições, por exemplo: ampliação e avanço do terceiro setor no Brasil dos anos em 1990.

Como desde 1985, data da criação do Grupo TEZ, até 2014, portanto vinte e nove anos, o Mato Grosso do Sul (MS), passou de uma única instituição para cinquenta e oito (58),

[22] Primeira coordenadora do que hoje é a CPPIR, professora na UFMS, possui doutorado pela USP em Educação, atuando com promoção da diversidade etnicorracial na educação infantil principalmente.
[23] Cidades do interior de Mato Grosso do Sul, Corumbá fica a aproximadamente 425 km de Campo Grande, enquanto Ribas do Rio Pardo a 100 km.

e trinta e três (33) mais recentemente? O avanço do terceiro setor e outras estâncias representativas significa uma diversificação das formas de atuação, ainda não podemos afirmar uma multiplicação.

Justificamos a expansão via fragmentação, afirmando que as principais lideranças negras do estado atualmente, foram partícipes do Grupo TEZ de outrora. Ou seja, não houve um incremento tão grande de militantes, mas sim, uma maior distribuição destes, entre as instituições criadas.

Ao atentarmos para sociedade civil negra no MS, podemos verificar que ela institucionalizou e construiu novas possibilidades de participação nos ambitos do estado, sobretudo na SED. No entanto, essa participação cobrou uma dívida: a desmobilização do principal coletivo do MS naquele período. A internalização de parcelas da sociedade civil no estado, deve ser observada pelas conquistas alcançadas, mas também, não pode-se perder de vista os prejuízos de tal empreitada.

É necessário lembrar que o Grupo TEZ teve suas atividades praticamente finalizadas com o fim do primeiro governo do Zeca do PT, em 2002. O Grupo se enfraqueceu junto com o governo, que mesmo conquistando a reeleição, perdeu a credibilidade da população em meio a denuncias de corrupção e nepotismo do governo petista no estado.

O Grupo TEZ já nasce no período da institucionalização dos movimentos sociais (CARDOSO, 1994). Apenas uma parte de sua atuação política é ação de rua, de movimentos sociais em ação, o movimento negro não conseguiu no Mato Grosso do Sul, como no Brasil, de modo geral, tornar-se um movimento de massa, e atualmente é um movimento de instituições. O Conselho Estadual dos Direitos do Negro – CEDINE-MS, nasceu em 1987, representando a aproximação entre Estado e sociedade civil negra, ratificando o período de institucionalização do movimento negro do/no MS.

Consideramos que, algumas marcas típicas da política na fase da institucionalização no período do renascimento dos movimentos sociais no Brasil, estão ainda influenciando a ação militante. O melhor exemplo seria o contentamento em ser apenas um partícipe na construção de políticas públicas, e não mais um protagonista da mudança social, ou mesmo as discussões em torno autonomia do movimento social, algo tão caro ao conceito de movimento social na literatura acadêmica mais clássica.

O Grupo TEZ, surgido nesse período de institucionalização, atuou para que outras instituições surgissem, como o Conselho Estadual dos Direitos do Negro (CEDINE), Conselho Municipal dos Direitos do Negro (CMDN), Coordenadoria de Políticas de Promoção da

Igualdade Racial de MS (CPPIR-MS) entre outras entidades do movimento negro. Por crer que a conquistas de espaços políticos, necessariamente impactaria na presença do movimento negro nas decisões de políticas públicas locais. O fato é, que devido o baixo número de militantes, e vinda de outros poucos, as atividades nessas novas instituições apenas somou-se aos mesmos militantes de outrora.

A fragmentação do movimento negro sul-mato-grossense se exemplifica na imagem do Grupo TEZ, que esta praticamente sem atividades. E a partir desses vários outros espaços abertos (Conselhos, Fóruns e Coordenadorias), os militantes se reorganizam em novos espaços políticos e representativos, sem que, necessariamente, haja um incremento considerável de novos militantes ou de ações coletivas de rua.

6 Referências

AVRITZER, L. **Sociedade civil e Estado no Brasil**: da autonomia a interdependência política. In. Opinião Pública, Campinas, v.18, nº2, 2012.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul**: A construção de um estado, volume I: Regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso. Campo Grande, MS: Ed.UFMS, 2009.

CARDOSO, Ruth. A trajetória dos movimentos sociais. In. Anos 90: **Política e Sociedade no Brasil**. (org.) Evelina Dagnino, São Paulo: Brasiliense, 1994.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: História, tendências e dilemas contemporâneos. **Dimensões**. Sergipe, v. 21, 2008.

FERRAREZI, Elisabete R. **A reforma do marco legal do terceiro setor no Brasil**: A criação da lei das OSCIP (Lei 9.790/99). Brasília, 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, UNB, 2007.

FILHO, A. P. **Diminuição das desigualdades de renda na América Latina nos anos 2012**. In: http://dssbr.org/site/2012/11/diminuicao-das-desigualdades-de-renda-na-america-latina-nos-anos-2000/ acessado em 30/04/2013.

GOHN, Maria da G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e Terceiro Setor. **Revista Mediações**, Londrina, v.5, nº1, 2000.

GOHN, Maria da G. **Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia**: Entre facticidade e validade (vol.II). Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1997.

IANI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1996.

MATO GROSSO DO SUL. **Cadernos de diálogos pedagógicos: combatendo a intolerância e promovendo a igualdade racial na educação sul-mato-grossense**. Campo Grande, 2005.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2011.

RIBEIRO, Bruno de Oliveira. **O Mo(vi)mento negro no Mato Grosso do Sul: Políticas de identidade**. Londrina-PR, 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, UEL-PR, 2013.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SENA, Ana L. S. **Gênero, raça e ação afirmativa no Mato Grosso do Sul: Uma experiência brasileira**. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2011.

SZTOMPKA, Piotr. A **Sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 1998.